

Contra os dogmáticos: uma opinião cética sobre as bibliotecas

DANIEL GORE

Weyerhaeuser Library
Macalester College, St. Paul, Minn. USA

Medo e ódio da palavra, e, por extensão, dos livros e das bibliotecas, são paixões das quais os filósofos, professores e bibliotecários não estão totalmente isentos. McLuhan nada mais é do que um exemplo recente do homem culto que despreza os livros. O próprio Platão era abertamente hostil à liberdade intelectual. Os filósofos não são, necessariamente, os melhores aliados dos bibliotecários, e os filósofos dogmáticos são, provavelmente, seus piores inimigos. O filósofo espanhol José Ortega y Gasset, em seu famoso discurso *A Missão do Bibliotecário*, defende para o bibliotecário a função de polícia do livro, porém a missão do bibliotecário consiste, fundamentalmente, em criar bibliotecas. O bibliotecário precisa da fórmula cética — “a suspensão de julgamento” — a fim de se orientar em sua missão profissional. Um universo repleto de problemas exige bibliotecas repletas de problemas que contenham muitos livros que talvez sejam ofensivos. A filosofia do ceticismo pode justificar a posição do bibliotecário quando alguém se sentir ofendido.

Declaramos, de início, que não afirmamos absolutamente que tudo o que dissermos seja conforme afirmamos. Nós simplesmente tratamos de cada coisa com exatidão, segundo as impressões do momento. Sexto Empírico, em **Esboços de Pirronismo**.

Se nos pedissem a queima-roupa para descrever metaforicamente uma biblioteca, provavelmente diríamos que ela é um “templo do saber”, um “depósito de conhecimentos”, um “tesouro de sabedoria”,

Do original norte-americano: “Against the dogmatists: a sceptical view of libraries”, publicado em **American Libraries** 1 (10) :953-957, Nov. 1970, e reproduzido em KATZ, William, ed. **Library literature — the best of 1970**. Metuchen, NJ, Scarecrow Press, 1972, p. 56-67. Tradução de Antônio Agenor Briquet de Lemos, com a autorização da American Library Association e do autor.

ou qualquer outra coisa assim grandiloquente. Trata-se de expressões brilhantes e inspiradas. Mas, se as empregarmos sem espírito crítico, acabaremos metidos em complicações desnecessárias, pois essas metáforas levam as pessoas a pensarem que as bibliotecas possuem algo radicalmente diferente daquilo que realmente ocupa as suas prateleiras. Tais expressões ocultam a realidade atrás de um ideal espúrio, intimidando os comuns dos mortais com a sugestão de que empilhamos ossos secos para sua edificação intelectual e violentando os idealistas quando descobrem que douramos a pílula vulgar de nossas bibliotecas com metáforas brilhantes.

Medo e ódio da palavra impressa — e, por extensão, dos livros e das bibliotecas — são paixões das quais os filósofos, professores e bibliotecários não estão totalmente isentos. Uma pessoa analfabeta talvez sinta temor e reverência pela arte da escrita, a impressão de livros e a construção de bibliotecas. Mas, ensine-a a ler escrever e — atenção! — teremos não mais alguém que com toda a certeza reverenciaria as bibliotecas, porém um consulente em potencial e um provável inimigo daquela arte da qual surgiu a nossa profissão. Marshall McLuhan nada mais é do que um exemplo recente do homem culto que despreza os livros. O fenômeno em si é antigo. Bibliograficamente, podemos remontá-lo ao século IV a. C., e, mitologicamente, a todos os tempos pretéritos até a origem da escrita.

Os adeptos da liberdade intelectual perceberão melhor a dificuldade de sua posição quando verificarem que o maior intelecto do mundo ocidental era abertamente hostil a esse conceito. Platão, no **Fedro**, coloca na boca de Sócrates um argumento elaborado com a finalidade de desacreditar qualquer virtude que a palavra escrita pudesse possuir. Sócrates conta como o deus Ámon desdenhou Thoth, o mitológico inventor da escrita, quando este alardeava que a sua invenção era um “auxiliar da memória e sabedoria”. Se os egípcios aprenderem a escrever, diz Ámon, isso os tornará “esquecidos, pois deixarão de cultivar a memória. Logo, tu não inventaste um auxiliar para a memória, mas apenas para a recordação. Transmites aos teus alunos uma aparência de sabedoria, e não a verdade, pois eles recebem muitas informações sem instrução e se consideram homens de grande saber, embora sejam ignorantes na maior parte dos assuntos. Em consequência serão desagradáveis companheiros, tornar-se-ão sábios imaginários ao invés de verdadeiros sábios.”

Dissertando sobre o mito, Sócrates conclui que as palavras impressas são inúteis exceto como “um simples lembrete do assunto tratado”.

A maneira própria de instruir é, portanto, o diálogo entre estudante e professor, pois os livros só são úteis para se aprender aquilo que já se conhece. E um discurso escrito padece de outra desvantagem que não atinge o diálogo, a de “vagar por toda parte, não só entre os conhecedores mas também entre os que o não entendem, e nunca se pode dizer para quem serve e para quem não serve. Quando é desprezado ou injustamente censurado, necessita do auxílio do pai, pois não é capaz de defender-se nem de se proteger por si.” O argumento contra a escrita, colocado no contexto de outros diálogos de Platão, testemunha o seu receio de que o livro pudesse servir para o esclarecimento das massas (as quais ele desprezava), e expõe ao ataque suas próprias noções acerca da verdade e do bem, quando ele não mais se encontrasse por perto para defendê-las. E, contudo, graças a um peculiar impulso que é comum aos inimigos do livro, Platão põe-se a escrever sobre o temor que sente pela escrita, proporcionando-nos, assim, os meios para fazer o que ele desejava evitar.

A Platão repugnava a liberdade intelectual, conforme nós a entendemos. Na **República** ele advoga a censura estatal às estórias contadas pelas mães aos seus filhos e propõe que os poetas fossem totalmente banidos da Utopia. Se em sua época existissem bibliotecários, talvez ele os tivesse expulso, junto com os poetas, ou então lhes atribuisse trabalhos fundamentalmente diferentes daqueles que normalmente associamos à Biblioteconomia. Em sua última obra, as **Leis**, ele propõe que o governo exerça um rígido controle sobre os textos que fossem dados a ler às crianças nas escolas, pois alguns autores já haviam legado aos gregos “obras de caráter pernicioso”. Platão parece abandonar este tópico problemático com uma pressa embaraçosa, como se ele despertasse nele algum conflito doloroso para o qual não podia encontrar uma solução satisfatória. Esse tópico viria a causar ainda mais embaraços aos platonistas do Renascimento, que consideravam ser preciso justificar as escandalosas restrições de seu mestre à poesia e à literatura em geral, pois é claro que não havia maneira alguma de defender rigidamente uma posição que subvertia o ardente interesse que eles devotavam a toda a literatura grega.

O que foi dito antes não passa de um prólogo destinado a ressaltar o fato de que os filósofos não são, necessariamente, nossos melhores aliados. Os filósofos dogmáticos são, provavelmente, nossos piores inimigos, armados de poderosos argumentos para arrasar qualquer posição que nós não estejamos filosoficamente preparados para defender. Saltamos agora dois milênios e encontramos o notável filósofo espanhol José Ortega y Gasset e seu famoso discurso **A Missão do Bibliotecário**, proferido perante um congresso internacional de bi

bliotecários, em 1935. É uma oração estimulante, eivada de sabedoria e repleta de preocupações filosóficas com a Biblioteconomia. Termina com um dramático apelo à ação, que até hoje não foi ouvido, apesar de seu intenso toque emocional. O texto conquistou extraordinária popularidade, sendo traduzido para o inglês, francês e outros idiomas. Mas sua versão original, nas **Obras Completas** de Ortega y Gasset, é indispensável, pois ali encontramos um epílogo intitulado “Qué es un libro?” (1) Esse epílogo, inexistente no discurso e em sua tradução inglesa, revela a base filosófica das noções de Ortega y Gasset acerca da missão do bibliotecário. Acaba sendo uma reedição simpática da condenação feita por Platão à escrita, no **Fedro**, e mostra, nitidamente, que Ortega y Gasset, em seu discurso, simplesmente estende à Biblioteconomia a opinião de Platão acerca dos livros. Com a ajuda de Platão, Ortega y Gasset descobriu um lugar apropriado para os bibliotecários na Utopia.

Na filosofia de Ortega y Gasset o conceito de “missão” é essencial. “Missão é isto: a consciência que cada homem tem de seu mais autêntico ser, daquilo que ele está chamado a realizar”. E uma missão profissional é aquilo que é **necessário** que os profissionais façam, haja ou não uma escolha. Não há nada de casual na decisão de Ortega y Gasset em intitular o seu discurso de “A Missão do Bibliotecário”.

À medida que as necessidades da profissão bibliotecária foram sofrendo alterações, com o passar dos séculos, a missão do bibliotecário foi sofrendo modificações correspondentes. No século XV, afirma Ortega y Gasset, essa missão consistia principalmente em reunir a produção das oficinas impressoras. Por volta do século XIX, a proliferação dos livros acrescenta uma nova necessidade: a de catalogá-los. Mas, então, o livro já começava a perder aquilo que Ortega y Gasset batiza como seu caráter original de “pura facilidade”, e no século XX o livro assume uma característica negativa, como um instrumento que se rebela contra seu criador. “O pleno caráter negativo — afirma Ortega y Gasset — brota quando o instrumento criado como facilidade suscita espontaneamente uma dificuldade imprevista e pratica uma agressão contra o homem.” Desenvolvendo a metáfora do livro que se rebela, Ortega y Gasset propõe uma mudança radical na missão do bibliotecário:

“Pois bem, é aqui onde vejo surgir a nova missão do bibliotecário, incomparavelmente superior a todas as anteriores. Até agora ele tem se ocupado principalmente do livro como coisa, como objeto material. A partir de hoje, ele terá que tratar o livro como uma função viva: ele deverá policiar o livro e tornar-se o domador do livro enfurecido.”

Os requisitos exigidos dos bibliotecários para que se tornem policiais são assim resumidos:

“Já existem livros em demasia. Mesmo reduzindo sobremaneira o número de temas a que cada homem dedica sua atenção, a quantidade de livros que precisa absorver é tão enorme que supera os limites de seu tempo e de sua capacidade de assimilação. A mera orientação na bibliografia de um assunto representa hoje para cada autor um esforço considerável que acaba sendo uma perda total. Mas, uma vez feito este esforço, ele constata que não pode ler tudo o que deveria ler. Isto o obriga a ler às pressas, a ler mal e, além disso, o deixa com uma impressão de impotência e fracasso e, por fim, de ceticismo para com sua própria obra.”

Esta queixa contém um paradoxo, pois se de fato existem livros em demasia, o problema se ajustaria por si mesmo se os autores dedicassem o devido tempo à orientação bibliográfica e à leitura. Ortega y Gasset, cujas próprias obras são volumosas, poderia pelo menos ter parado de escrever, exatamente como Platão nunca deveria ter começado a fazê-lo, se ele realmente levasse em conta o seu próprio conselho. Por mais atraente que possa parecer a certeza filosófica de que já existem demasiados livros, essa assertiva não resiste a um exame lógico, pois até agora não dispomos de um critério sobre o que seria um número “bastante” de livros.

E continua Ortega y Gasset:

“Mas não é só o fato de existirem demasiados livros, mas que constantemente sejam eles produzidos numa abundância torrencial. Muitos são inúteis ou estúpidos, constituindo sua presença e conservação um peso morto a mais para a humanidade [...] Mas ao mesmo tempo acontece que em todas as disciplinas produzem-se certos livros com menos frequência, e cuja ausência trava a marcha das pesquisas [...] O excesso e a escassez de livros têm a mesma origem: a produção ocorre sem regime, abandonada quase totalmente ao acaso.”

Aqui começa a peroração, esclarecendo-se o mistério do papel de policial que o bibliotecário teria na Utopia. Pergunta Ortega y Gasset:

“Será demasiado utópico imaginar que num futuro nada distante será a vossa profissão incumbida pela sociedade de regular a produção do livro, a fim de evitar que se publiquem os desnecessários e que, em compensação, não falem aqueles que o sistema de problemas vivos de cada época reclamam? [...] Parece-me que chegou a hora de organizar coletivamente a produção do livro. Isto

é para o próprio livro, como modalidade humana, uma questão de vida ou morte.

“E que não se venha com a idiotice de que tal organização seria atentatória à liberdade. A liberdade não surgiu no planeta para torcer o pescoço do bom senso [...] A organização coletiva da produção de livros não tem nada a ver com o tema da liberdade, como nada tem a ver com ele a necessidade que se impõe de regulamentar o tráfego nas grandes cidades. Além do mais, essa organização [...] não teria um caráter autoritário, como não o tem a organização interna dos trabalhos numa boa academia de ciências.”

O que fazer de um **filósofo** que não pode enxergar distinção alguma entre regulamentar o tráfego de idéias e o tráfego de automóveis? Quem pode afirmar tranquilamente que qualquer regulamentação não precisa ser autoritária? Quem pode nos dizer se existem muitos ou poucos livros, quando não pode afirmar quantos são suficientes? Pode-se perceber em Ortega y Gasset o pânico que assola um estudioso quando ele descobre as dimensões astronômicas do universo bibliográfico, e o utopista que daí surge apela para um retorno a um estado social mais primitivo, onde os filósofos possam banir os poetas e os bibliotecários banir os livros.

Muito do que citei de Ortega y Gasset também foi publicado, como excertos de seu discurso, no número de janeiro de 1936 do **Wilson Library Bulletin**. Nesse mesmo número, Stanley Kunitz publicava uma réplica sarcástica a Ortega y Gasset, cuja leitura hoje é interessante. Eis o parágrafo inicial:

“Em que estariam pensando os bibliotecários, em Madri, os caciques e hierarcas da profissão, reunidos em congresso internacional — mexendo-se em suas poltronas, sem conforto — enquanto José Ortega y Gasset, que já foi chamado ‘um dos doze pares do pensamento europeu’, proferia a sua denúncia do livro? Lendo o seu discurso [...] fiquei a imaginar se alguém, naquela assembléia, teria tido o impulso, ou, mais ainda, a coragem de, depois de o orador ter terminado, por-se de pé e defender o livro contra os seus detratores. Suponho que não. O público de congressos é notavelmente fleumático e, além disso, a comunicação com uma platéia internacional é difícil em qualquer idioma. Talvez não estivesse presente um punhado de bibliotecários que compreendessem que o seu famoso convidado se achava tranqüilamente empenhado em justificar a sua aniquilação.”

Números posteriores do **Wilson Library Bulletin** incluíram também comentários favoráveis à posição de Ortega y Gasset, sendo difícil

afirmar se partiam de bibliotecários que realmente compartilhavam a sua filosofia ou de bibliotecários que padeciam de atrasos insuperáveis na catalogação.

O discurso de Ortega y Gasset apareceu na íntegra em tradução inglesa (exceto o epílogo) duas vezes, em 1961 (1), mas a reedição dessa contundente peça oratória não provocou reações perceptíveis entre os bibliotecários americanos. Talvez o que aconteceu na Alemanha de Hitler e na Rússia de Stalin seja considerado como um comentário suficiente sobre a proposta absurda de Ortega. Apesar disso, ainda persiste a necessidade de alguma alternativa para a filosofia da qual surgiu essa proposta, e aqui apresentarei a minha, discutindo a missão do bibliotecário do meu ponto de vista pessoal, que é o de um bibliotecário que não está alarmado com a multiplicidade de livros nem atemorizado pelos pronunciamentos dos filósofos.

Minha atitude geral em face dos livros é simplesmente a de Frei Lourenço diante das coisas vivas: “Pois nada tão vil sobre a terra vive,/ Que para a terra algum bem especial não ofereça”.

É provável, conforme afirma Ortega y Gasset, que existam no mundo muitos livros “estúpidos”, e outros mais certamente virão a existir. Mas é inconcebível que exista algum livro inútil em sentido absoluto. Mesmo o mais reles folhetim tem o seu valor, como um exemplo do que é ruim e como testemunho do tipo de civilização que o produziu. O julgamento é necessário apenas para determinar quantos exemplos do que é ruim uma biblioteca deve colecionar de forma útil.

Um livro pode conter coisas tolas, desagradáveis, chocantes; uma biblioteca, qualquer que seja o seu tamanho, deve contê-las. Pode-se, com vigilância constante e esforço permanente, expurgar do jardim as ervas daninhas, os insetos e as víboras, mas na floresta a situação é diferente. Assim são as bibliotecas, e precisamos do bom senso ecológico de Frei Lourenço para refrear o impulso moralista no sentido de depurá-las de todas as coisas vis.

Quanto à missão do bibliotecário, creio que ela ainda continua a ser, fundamentalmente, a de formar bibliotecas, e isso me parece ser uma tarefa incomparavelmente mais elevada do que ficar, como alguma Juno, sentada de pernas cruzadas sobre a natividade do livro. É certo que já houve bibliotecários dispostos a permitir que outros (como os professores universitários, por exemplo) organizem as bibliotecas em que eles trabalharão, mas isto significa somente que alguns membros de uma profissão podem abdicar daquilo que é sua obrigação. Ao deixar que outros, em nosso lugar, organizem

bibliotecas, fugimos àqueles riscos pessoais que assediam o bibliotecário que leva sua missão a sério.

Uma frutífera fonte de perigo é a escolha descuidada de metáforas para descrever as bibliotecas.

Imaginemos o perigo de declarar publicamente que a biblioteca é uma mansão do saber. Alguém talvez descubra em suas estantes uma obra que revela uma ignorância clamorosa e indiscutível, e esse alguém poderá solicitar ao bibliotecário que dê fim a tal livro, pois, evidentemente, não há lugar para ele numa mansão de sabedoria. A essa altura, talvez o bibliotecário esteja percebendo que seja tarde demais para mudar a metáfora, mas talvez tenha de mudar de emprego se se recusar a jogar o livro fora.

Quem frequenta bastante o mundo dos livros talvez concorda que seria mais realista descrever a biblioteca como um “tesouro de sabedoria e ignorância”, embora esta metáfora não se preste para ser usada junto aos funcionários do fisco. Já os convencemos de que devem esperar algo diferente em troca de seu dinheiro.

A aversão à ignorância é bastante difundida, mas não é justificada. Vejamos, rapidamente, um exemplo das pequenas alegrias que a ignorância pode nos proporcionar. Plínio, no oitavo livro de sua História Natural, fala do **achlis**, “nascido na ilha da Escandinávia e jamais visto em Roma, embora muitos tenham contado histórias a seu respeito: um animal que não é diferente do alce, só que não tem articulação alguma no jarrete e por isso não pode deitar-se, dormindo encostado a uma árvore”. E como é que a gente consegue capturar um **achlis**? O que se deve fazer, informa Plínio, é cortar parcialmente os troncos de algumas árvores, de modo que quando o **achlis** se encostar a um deles para dormir, a árvore cairá e junto com ela o **achlis**, este impossibilitado, tanto quanto a árvore, de se erguer e fugir de você. Enquanto ficamos a rir da inventiva credulidade de Plínio (que sempre zombava da inventiva credulidade dos gregos), uma grave dúvida invade nossa alegria: Como é que alguém conseguiria provar a absoluta inexistência do **achlis**? Já nos deixamos envolver antes por questões de conhecimento bem comprovado (o homem de Piltown, por exemplo) e podemos ser igualmente vulneráveis a questões de bem comprovada ignorância. Será que alguém já pensou em serrar parcialmente algumas árvores e voltar na manhã seguinte para ver o que pode encontrar?

O bibliotecário, acima de todos os outros da república do saber, precisa da grande fórmula cética de “suspensão de julgamento” para orientá-lo (mas não dominá-lo) em sua missão profissional.

Pessoalmente ele pode negar a existência do **achlis**, se isto lhe aprouver. Mas que a maldição lhe caia sobre a cabeça se ele se puser a retirar das estantes os **achlis** ou qualquer outra coisa, simplesmente por lhes negar a sua verdade.

Quando chegar o momento de se escrever uma **Pseudodoxia Epidemica** do século XX, os livros de ignorância serão indispensáveis, enquanto que as obras de verdade serão inúteis. E quem for compilar esse enorme registro de nossas crenças falsas poderá descobrir que, através da alquimia das décadas, milhares e milhares de livros prematuramente celebrados por causa de suas verdades terão passado a ser estranhamente ridículos; enquanto outros livros, desprezados ou negligenciados quando de seu aparecimento no mundo, serão estimados pela sua sabedoria temporã.

A acumulação de erros registrados prossegue quase no mesmo ritmo com que se descobrem novos conhecimentos, e as dimensões de nossas bibliotecas testemunham tanto a magnitude de nossa ignorância quanto a de nossos conhecimentos. Não desejaria que fosse de outra maneira. O homem é uma criatura que se dispõe, de modo muito intempestivo, a erigir monumentos imponentes que glorificam uma grandeza que imagina possuir. Ele precisa de grandes bibliotecas para lembrar-lhe sua real e impressionante ignorância. É claro que este é um argumento que ninguém pensaria em apresentar àqueles que controlam os recursos financeiros.

Que argumento, então, se deveria apresentar e que metáfora utilizar para justificar nossa missão como construtores de bibliotecas? Antes de tentar apresentar uma resposta, talvez valha a pena estudar Sexto Empírico, o codificador da filosofia cética, e verificar o que o ceticismo oferece como base filosófica para as bibliotecas que nos propomos organizar (2).

É óbvio, para todos nós, que a biblioteca é um lugar onde pessoas estudiosas procuram alguma coisa. Não é óbvio, entretanto, qual o tipo de estudioso que podemos atender razoavelmente. A esse respeito, Sexto Empírico pode nos ajudar com a sugestão de que cada estudioso deve enquadrar-se numa de três categorias. Primeiro, existem aqueles que afirmam que a verdade existe e que já a dominam inteiramente, de modo que suas perquirições chegaram ao fim. Não há razão alguma que justifique a construção de bibliotecas para este grupo — os dogmáticos —, pois, eventualmente, eles encontrarão um motivo para pedir que sejam incendiadas. Exemplo disso é a grande biblioteca de Alexandria, que, depois de um milênio de gloriosa existência, foi destinada às chamas por ordem de um dogmático poderoso, o califa Umar bin al Khattab. Um certo 'Amr bin al'Ass escreveu-lhe perguntando o que deveria fazer com os livros

daquela maravilhosa biblioteca. O califa respondeu-lhe: “Quanto aos livros que mencionas, se o conteúdo deles for conforme o Livro de Deus, nós já possuímos o Livro de Deus e somos afortunados sem esses livros, e se eles são contrários ao Livro de Deus não precisamos deles, de modo que podes destruí-los.” E foi realmente isso que ‘Amr bin al’ Ass fez, espalhando os livros por Alexandria para serem queimados em fogueiras. Tão grande era o acervo dessa magnífica biblioteca que foram precisos seis meses para que todos os livros fossem queimados. Conta-se que o califa, ao saber do sucedido, sentiu-se satisfeito.

Raramente a lógica do dilema de Alexandria é levada a uma conclusão tão grosseira e absoluta, mas o clarão desse incêndio devastador deveria pelo menos nos ajudar a enxergar o que está acontecendo e aonde poderemos chegar quando nos imploram ou nos compelem a retirar livros da biblioteca porque os mesmos são contrários a algum dogma popular.

A segunda categoria de estudiosos inclui aqueles que negam a possibilidade de se conhecer a verdade sobre qualquer coisa e, portanto, afirmam ser uma mera vaidade até mesmo o ato de começar a investigar. Para estes não há necessidade de despendar esforços construindo bibliotecas, pois, na melhor das hipóteses, não as utilizarão, e no pior dos casos, nos denunciarão por sobrecarregar o povo com despesas vultosas e inúteis.

À terceira categoria pertencem os que perseveraram na busca da verdade, gente que, na época de Sexto Empírico, e muito tempo antes, era conhecida como os céticos: termo que significa, literalmente, “indagadores, pesquisadores”. Através dos séculos os céticos têm sido maldosamente incompreendidos como filósofos que duvidam e que negam todas as coisas, paralisando assim qualquer esforço para raciocinar e agir corretamente. Esse estigma é imerecido. Pois o objetivo confesso dos céticos era libertar os homens das doutrinas absurdas dos dogmáticos, mostrando que para cada dogma se podia encontrar outro dogma de igual peso em oposição a ele.

Se Heráclito afirma que não se pode entrar duas vezes no mesmo rio, pois tudo está sempre mudando, e se Parmênides nos diz que nada de fato muda, pois o movimento é logicamente impossível, então a gente suspende o julgamento sobre o ponto em disputa, anda ou fica parado, conforme lhe aprouver, e continua a estudar o enigma do movimento, se para tanto estiver disposto (3). Se Platão assegura que a palavra escrita é inútil enquanto a fala é perfeita para o ensino, e se Cratilo vem e aconselha a desprezar a fala para qualquer finalidade que seja, pois orador, ouvinte e palavras tudo muda até no ato de enunciá-las, então você suspende o julgamento sobre o problema filosófico e fala, escreve ou se

mantém em paz, segundo os ditames do seu bom senso. Mediante a suspensão do julgamento sobre assuntos discutíveis, o cético atingia a tranqüilidade mental que lhe permitia atuar sensatamente, conforme as leis, os costumes e a fé de seu povo, e a continuar suas indagações filosóficas.

Nem os dogmáticos nem os niilistas podem tolerar, do ponto de vista filosófico, a Babel de livros que chamamos biblioteca. Mas um cético se delicia com o conflito de fatos, idéias e opiniões que nelas encontra, pois esse conflito conserva aberto para ele um caminho que lhe permite perseverar em suas buscas. Busca de quê? Busca da verdade sobre si mesmo e sobre o universo. Sendo assim — e de maneira cética não proporei mais do que aquilo que no momento me parece ser assim — então o que devemos procurar oferecer a este pesquisador é uma biblioteca que possa ser chamada, metaforicamente, um espelho do universo, um refletor das coisas que possam parecer verdadeiras ou falsas, pias ou blasfemas, belas ou feias, dependendo de quem esteja mirando o espelho.

Essa metáfora eu roubei de Shakespeare, que nos diz que a função do teatro é “conservar-se como se fosse um espelho da natureza; mostrar à virtude sua própria imagem, desdenhar sua própria imagem, e à própria época e corpo do tempo sua forma e pressão”. Se o teatro pode conseguir isso, uma biblioteca pode tanto ou mais, pois é evidente que as bibliotecas contêm peças de teatro, enquanto que nenhuma peça pode conter o que se acha em nossas bibliotecas.

Uma biblioteca deve possuir a maioria ou senão todos os livros do mundo, a fim de refletir integralmente o universo? Creio que não. Mesmo um espelho diminuto mantido a uma certa distância de um enorme objeto ainda refletirá todo o objeto, embora sem pequenos detalhes, como faria um espelho maior colocado mais perto. O objetivo é o que vale. Se se for prudente e resoluto ao organizar uma biblioteca de tamanho modesto, realizando essa tarefa sem dogmatismos, ela refletirá fielmente todo o panorama cósmico, em sua ordem e confusão, em sua grandeza e vulgaridade.

A enxurrada de livros não torna essa tarefa impossível, porém mais atraente. Os empecilhos contra o êxito total não devem ser causa de desestímulo. Os médicos lutam contra as doenças, sabendo que todos os seus pacientes morrerão de alguma forma; os advogados defendem causas nos tribunais, sabendo que metade delas será perdida; os bibliotecários podem, se quiserem, organizar bibliotecas que reflitam com exatidão a maior parte do que se conhece ou se supõe sobre o homem e o universo.

A oportunidade que temos para tentar organizar bibliotecas desse tipo é única, ou quase isso, em toda a história da Biblioteconomia.

Essa oportunidade é uma decorrência da nossa experiência norte-americana em termos de liberdade humana, iniciada há dois séculos atrás. E, em certa medida, o êxito dessa experiência incerta deve depender de como utilizaremos essa rara oportunidade. Frederick Jackson Turner, naquele livro profético que é **The Frontier in American History**, chamava a atenção para o fato de que as tensões sobre nossa sociedade aberta aumentariam na medida em que nos distanciássemos, no tempo, do fechamento da fronteira, que era um lugar onde o homem sempre poderia lutar por si mesmo e restabelecer uma sociedade aberta quando julgasse que a comunidade passava a ser intolerante para com seus ideais pessoais. Felizmente, porém, um americano que julgar que sua sociedade hoje se fecha sobre si ainda poderá lutar pela biblioteca, na esperança de ali encontrar, se não houver em nenhuma outra parte, uma sociedade intelectual aberta, uma fronteira de pensamento e sentimento com limites bastante amplos que permitam perfeita liberdade de pensamento e espírito, dando ampla vazão às variedades de discordância necessária para manter viva nossa experiência de liberdade humana ameaçada. A Rússia demonstrou, há não muito tempo, o que a regulamentação da produção de livros pode fazer para restringir esses limites e transformar os bibliotecários em propagandistas de qualquer dogma, político, acadêmico ou moral, que esteja em voga. Nada de tal envergadura se ergue entre nós e essa mesma servidão, exceto nossa própria vontade obstinada (alguns dirão perversa; vá lá) de resistir a qualquer apelo, a qualquer ameaça que vise a fazer com que o conteúdo de nossas bibliotecas se molde a qualquer espécie de dogma.

Um universo repleto de problemas exige bibliotecas repletas de problemas. Sua organização é a necessidade mais premente e também a mais árdua de nossa missão, pois é da natureza das coisas que as bibliotecas devam conter muitos livros que ofendam a nosso próximo como a nós mesmos. Essa ofensa não será atenuada ao se pretender que as bibliotecas sejam labirintos de um saber devidamente autorizado. Para desenvolver a força que nos permita cometer a ofensa inevitável e justificar nossa posição quando a ofensa é recebida, devemos ter uma filosofia para nossa missão, a qual possa abrigar todos os dogmas sem concordar com nenhum deles. O nome dessa filosofia é ceticismo.

Abstract

Against the dogmatists: a sceptical view of libraries

Fear and hatred of the written word, and by extension books and libraries, are passions from which philosophers, professors and librarians are not wholly immune. McLuhan is merely a recent example of the learned man who despises books. Plato himself was openly hostile to intellectual freedom. Philosophers are not necessarily the librarian's best allies and the dogmatic ones are likely to be his worst enemies.

The Spanish philosopher José Ortega y Gasset in his celebrated speech **The Mission of the Librarian** advocates the librarian's role as policeman, but the librarian's mission is still primarily the making of the libraries. The librarian needs the great Sceptic formula, "I suspend judgement", to guide his professional mission. A problem universe requires problem libraries containing many books that offend. The philosophy of Scepticism can justify the librarian's position when offence is taken.

NOTAS

1. ORTEGA Y GASSET. José. **Obras completas**. Madrid, Revista de Occidente, 1964, v. 5, p. 230-234.

A tradução para o inglês é de James Lewis e Ray Carpenter, "The Mission of the Librarian", tendo sido publicada em **Antioch Review** 21 (2) :135-154, Summer 1961. A editora G. K. Hall, no mesmo ano, lançou uma separata dessa tradução. [Na tradução das citações de Ortega y Gasset para o português utilizamos o texto espanhol **Misión del bibliotecario y otros ensayos afines**. 2. ed. Madrid, Revista de Occidente, 1967. 183 p. — N. do T.]

2. A melhor introdução ao ceticismo é a do próprio Sexto Empírico. A excelente edição de suas obras escolhidas, feita por Philip Hallie, com o título de **Scepticism, Man, & God**, expõe o método cético com admirável concisão.
3. Escolhi como exemplo um problema filosófico que, na superfície, parece bastante ingênuo, para não dizer realmente tolo. No entanto, ele fundamenta qualquer defesa séria do totalitarismo, a começar com a **República**, de Platão. Este, preocupado com o dogma heracliteano de mudança e decadência, conclui que o declínio dos governos e das civilizações resultava de seu gradativo afastamento da Forma Ideal com que haviam começado. O corretivo natural (e, para Platão, saudável) para esse processo seria estabelecer uma sociedade totalitária em que os governantes, pela força e pela mentira, impediriam totalmente as mudanças políticas e sociais. A classe dirigente dirigiria sempre e os escravos seriam sempre escravos. A estabilidade de uma sociedade desse tipo depende, naturalmente, da brutal supressão de qualquer crítica aos governantes e aos seus métodos. Embora um cético se abstivesse de discutir a posição filosófica adotada pelo totalitarismo, ele não hesitaria em denunciar o evidente sofrimento de suas vítimas.

